

MOEDAS SOCIAIS DIGITAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SUA DIVERSIDADE: DO COMUNITÁRIO AO MUNICIPAL, DO MICROCRÉDITO À RENDA BÁSICA

DIGITAL SOCIAL CURRENCIES IN THE STATE RIO DE JANEIRO AND ITS DIVERSITY:
FROM COMMUNITY TO MUNICIPAL, FROM MICROCREDIT TO BASIC INCOME

Luiz Arthur Silva de Faria¹
Henrique Pavan Beiro de Souza²
Anderson Carlos Nogueira Oriente³
Bruno Chapadeiro Ribeiro⁴

Submetido em: abril de 2024

Aceito em: outubro de 2024

- 1 Professor do magistério superior da UFRJ (PESC/COPPE/UFRJ) e professor colaborador - NIDES/UFRJ. Tem experiência na área de Ciência da Computação, atuando principalmente nos seguintes temas: moedas sociais digitais, bancos comunitários, economia solidária, redes tecnológicas, softwares livres e extensão. E-mail: luizart@cos.ufrj.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6456-8015>.
- 2 Graduado em História pela USP em Economia pela Unisul. Pós-graduado em Economia Urbana e Gestão Pública pela PUC/SP. Mestre em Economia pela UNESP. Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Professor universitário no Centro Paula Souza (FATEC SP) e analista econômico em consultoria por IE/UFRJ. Licenciado em História FAEP Professor e Pesquisador do Instituto Federal do Rio de Janeiro. E-mail: hpbsouza@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0071-1561>.
- 3 Economista. Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ, Especializações em Gestão e Gerenciamento de Projetos POLI/UFRJ e Responsabilidade Social e Terceiro Setor pelo IE/UFRJ. Licenciado em História FAEP Professor e Pesquisador do Instituto Federal do Rio de Janeiro. E-mail: anderson.oriente@ifrj.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3950-0075>.
- 4 Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF). Cadastrado nos Grupos de Pesquisa CNPq Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS/Unicamp), no Laboratório de Pesquisa em Psicologia, Organizações, Saúde, Trabalho e Educação (LAPOSTE/UFF) e no Laboratório das Clínicas do Trabalho (Unesp-Assis). Membro da gestão 2024-2026 da Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO) e dos GTs 'Saúde do Trabalhador' da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), 'Trabalho, Subjetividade e Práticas Clínicas' da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e 'Trabalho, Gestão e Saúde Psicossocial' do Conselho Federal de Psicologia (GTPOT-CFP). E-mail: brunochapadeiro@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0167-0164>.

RESUMO

O presente artigo investiga as diferentes traduções das moedas sociais brasileiras no Estado do Rio de Janeiro (RJ), com suas diversidades, potências e seus desafios. A partir da prática pioneira do Banco Palmas, no campo da Economia Solidária (EcoSol), as experiências reúnem moedas sociais comunitárias e municipais. Estas últimas, com destacada proliferação recente no Estado, foram potencializadas pela digitalização das moedas sociais e lograram constituir infraestruturas de pagamentos de renda básica e de auxílios emergenciais. O artigo aponta para significativas diferenças entre as experiências, destacando proximidades e afastamentos em relação aos princípios da Economia Solidária.

Palavras-chave: moedas sociais, economia solidária, renda básica, bancos comunitários, moedas sociais digitais

ABSTRACT

This paper investigates the different translations of Brazilian social currencies in the state of Rio de Janeiro (RJ), with their diversities, potentialities and challenges. Based on the pioneering practice of Banco Palmas, in the solidarity economy field, the experiences bring together community and municipal social currencies. These, with a notable proliferation in recent years in RJ, were enhanced by the digitization of social currencies and created payments infrastructures for basic income and emergency aid. The paper points to significant differences between the experiences, highlighting similarities and distances in relation to the solidarity economy.

Keywords: social currencies, solidarity economy, basic income, community banks, digital social currencies

INTRODUÇÃO

O presente artigo investiga brevemente os diferentes modelos de gestão, organização e implementação de moedas locais implementados por vários municípios do estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Nos últimos anos, o aludido estado presenciou uma expressiva implementação dos chamados bancos municipais, isto é, fomentados, financiados e administrados - ao menos parcialmente - por prefeituras que registram em comum o desejo de realizar programas de renda básica e/ou assistência a um público vulnerável, utilizando para isso um meio de pagamento local.

A questão que aqui nos motiva é descrever as formas de interação entre entes públicos/comunidades envolvidos/as, verificando se tais esquemas seguem os princípios de Economia Solidária (EcoSol), isto é, se valorizam a autogestão, propostas de democracia econômica, viabilizando

a coparticipação entre comunidades e poderes governamentais. O ponto é relevante na medida em que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) brasileiros, movimento que está nas origens dos bancos municipais, historicamente colocam-se no campo da EcoSol, tendo protagonizado lutas de base e de construção democrática, com escassos registros de apoio do poder público. Neste sentido, caracterizam-se como instituições que carregam em seu bojo fortes conotações de princípios democráticos, horizontais e solidários.

Para discutir tais questões, propomos aqui a seguinte pergunta de pesquisa: o modelo de gestão e implementação das políticas públicas dos chamados ‘bancos municipais’ respeita os pressupostos da EcoSol? A metodologia de pesquisa aqui desenvolvida parte de relatos de experiências vivenciadas em 2023, a saber, visitas de campo a 6 (seis) “bancos municipais” do Rio de Janeiro e em evento de comemoração 25 anos do Banco Palmas (Fortaleza, Ceará), bem como de entrevistas semiestruturadas realizadas com integrantes das prefeituras, das equipes que operam localmente as moedas sociais e da coordenação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC). A partir de então, foi realizada análise documental e revisão bibliográfica orientada pelas categorias e controvérsias destacadas pela etapa de campo. Assim, em que pese os autores terem acompanhado a RBBC por anos e participarem do Observatório de Bancos Comunitários e Moedas Sociais (OBM) (FARIA et al, 2021), adotamos aqui a postura sugerida pelos alertas de Bruno Latour, no contexto dos Estudos em Ciências-Tecnologias-Sociedades, no sentido de que o pesquisador deve ir a campo munido do que alguns nomeiam uma “mochila leve”⁵.

A fim de caminhararmos até nossa pergunta de pesquisa, cabe resgatar que, historicamente, o capitalismo brasileiro produziu a pobreza e a exclusão social, com suas implicações geográficas e econômicas. Isto implica afirmar que o *modus operandi* de nossa estruturação socioeconômica é a da persistência da desigualdade, da precarização dentro da própria lógica de

5 “O equipamento necessário para viajar pela ciência e pela tecnologia é, ao mesmo tempo, leve e variado. Variado porque é preciso misturar pontes de hidrogênio com prazos finais, exame da capacidade alheia com dinheiro, correção de sistemas de computadores com estilo burocrático; mas o equipamento também é leve porque convém deixar de lado todos os preconceitos sobre as distinções entre o contexto em que o saber está inserido e o próprio saber” (LATOUR, 1998, p. 20).

acumulação (OLIVEIRA, 2003). Como resultado, um crescimento espacial desordenado se consubstancia em vastas áreas periféricas que carecem de bens públicos e recursos econômicos para seu desenvolvimento. A lógica dos dois circuitos da economia urbana de Santos (2008) – um inferior, carente de técnicas organizacionais e recursos considerados “modernos” e o superior, marcado pela profusão de atividades intensivas em tecnologia e capital –, portanto, impera e caracteriza nossa conformação territorial.

Desde a década de 1990, tal exclusão ganha contornos especiais diante da globalização neoliberal, na qual as finanças desreguladas e voláteis impõem um disciplinamento econômico, político, social que valoriza a austeridade, a poupança e o empreendedorismo. Da mais alta burocracia governamental ao indivíduo trabalhador, a lógica do “sujeito empresarial” se interioriza na sociedade e produz uma “nova razão de mundo” (DARDOT & LAVAL, 2016).

Neste contexto, propagam-se ideias típicas do quadro atual de capitalismo financeirizado (CHESNAIS, 2005), ideias estas veiculadas por instituições hegemônicas da economia global – como o Banco Mundial e o FMI – que transitam através dos meios de comunicação, de instâncias educacionais, do próprio mundo corporativo e instituições políticas. Ocorre assim, um gotejamento do ideário neoliberal, principalmente a partir do chamado “Consenso de Washington” e das ações dos “Chicago Boys” na ditadura chilena de Pinochet que encontra facilidade em se espalhar por sociedades marcadas pela precarização do trabalho, nas quais expressões como a “uberização” são a totalidade-síntese das formas de ser do trabalho no séc. XXI que facilmente se confundem com uma sensação de liberdade no trabalho, concedendo um ideal de (pseudo)empreendedorismo aos trabalhadores envolvidos (PINHEIRO-MACHADO, 2023; LEITE, 2024). É neste contexto que colocam-se disputas sobre o significado das finanças, da pobreza e dos conflitos socioespaciais, em que se inserem instituições de finanças solidárias: trama de entidades que procuram atingir a sustentabilidade econômica sem deixar de lado seus objetivos sociais, os membros envolvidos e a comunidade local. Serviços financeiros solidários frequentemente oferecidos incluem crédito para produção e consumo, cartões de crédito comunitários, financiamento para agricultura urbana e orgânica, clubes de troca solidária, moedas sociais e contas de poupança

comunitárias - todos amparados em garantias baseadas em relações de confiança. Em contraste, por exemplo, as instituições de microcrédito tradicional operam principalmente como meios para realizar transações financeiras lucrativas (FRANÇA FILHO, SILVA JR, RIGO, 2012).

No caso brasileiro, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) ganharam destaque como instituições paradigmáticas do ecossistema de finanças solidárias. Tratam-se de organizações sociais autogeridas pelas comunidades envolvidas, que possuem historicamente como objetivo a manutenção da riqueza local, por meio tanto da circulação de uma moeda em paridade com o real e somente válida em um território restrito (a moeda social), quanto da distribuição de microcrédito com juros muito baixos e, em alguns casos, com juros nulos. No caso do microcrédito, a partir da metodologia do aval solidário, a destinação dos recursos financeiros tem como base a rede de confiança entre os associados envolvidos na atuação de banco - geralmente a vizinhança, algo que lhe atribui um elemento de proximidade, exigindo, e possivelmente também construindo, redes de interações sociais enraizadas no território.

O primeiro BCD existente no Brasil foi o Banco Palmas, criado em 1998 pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), em Fortaleza-CE. Tratava-se de um conjunto habitacional composto por pessoas que haviam sido deslocadas da região central de Fortaleza, ocupando uma localidade distante do acesso a recursos econômicos e serviços públicos. Partindo da ideia de que nenhum bairro é pobre e que seus recursos ociosos possuem grande potencial de desenvolvimento, a associação, liderada por Joaquim Melo, desenvolveu não só o Banco Palmas e seus dispositivos de microcrédito como também criou a moeda social Palma: um meio circulante local que atua, em linhas gerais, como uma moeda efetiva, servindo para a liquidação de transações comerciais e financeiras com circulação restrita ao bairro em questão. Há assim, um notório movimento para a instituição de um dínamo de desenvolvimento endógeno local com uma mobilização de recursos humanos (produtivos, culturais, sociais etc.) interligada por um circuito monetário-financeiro local e solidário (SOUZA, 2018).

A partir da experiência do Banco Palmas, a metodologia dos BCDs se disseminou pelo país, sendo que hoje há cerca de 150 experiências de

tal tipo (PUPO, 2022). Na atualidade, no estado do Rio de Janeiro há uma variedade de experiências inspiradas nos BCDs interligadas com políticas públicas municipais de renda básica, constituindo o que passou-se a nomear Bancos Municipais. Essa história começa pelo Banco Mumbuca - do município de Maricá - que, com a edição da Lei Municipal n. 2.448 de 26 de Junho de 2013, criou diretrizes para programas de assistência social e produtiva - amparados no orçamento municipal a partir dos royalties da exploração de petróleo -, sendo pagos em moeda social, ativando assim um circuito local de proporções nunca vistas até então.

Com a adoção do E-Dinheiro como sistema eletrônico de pagamento - que pode ser utilizado através de cartões ou pelo celular - os bancos comunitários passaram a ter como receita um percentual das tarifas de transações, sendo tais recursos direcionados - entre outras coisas - para o microcrédito. Assim sendo, a moeda social se digitaliza ao mesmo tempo em que passa a gerar receita - a partir das transações locais - para o financiamento dos BCDs e de suas operações creditícias.

Com efeito, é exatamente este contexto que o presente artigo aborda de maneira crítica. A adoção da tecnologia de pagamento juntamente com o apoio de governos municipais têm orientado a tônica dos debates sobre bancos comunitários, moedas sociais e finanças solidárias em geral. Historicamente, os BCDs se pautaram por movimentos sociais de base, com forte orientação comunitária, solidária e de sentido organizacional horizontal. A entrada em cena de governos locais colocaria em risco tais princípios? Como se dá a gestão, organização, distribuição e decisão sobre recursos neste novo quadro de relações - se é que há - entre entes públicos e comunidades? Para começar responder a tais inquietações, o artigo abordará diferentes modelos de interação entre poderes públicos e sociedade civil na condução dos bancos municipais, tendo como objeto as experiências em diversos municípios do estado do Rio de Janeiro. Nas seções seguintes serão desenvolvidos argumentos teóricos acerca da economia solidária para, em seguida, verificarmos se a interação entre prefeituras e bancos locais segue tais princípios ou se ao contrário, há o risco de estabelecimento de políticas *top down* que poderiam desperdiçar o potencial organizacional das associações de base.

MOEDAS SOCIAIS: ECONOMIA SOLIDÁRIA E TENSÕES DE DIGITALIZAÇÃO

Segundo Singer (2002), a economia solidária consiste em um sistema econômico especialmente projetado para maximizar as chances de sucesso dos novos pequenos empresários, tendo como principal característica a solidariedade entre seus integrantes. De acordo com Farid Eid (2003), pelo lado da microeconomia, a economia solidária não capitalista, aliada taticamente com empresas que promovem a responsabilidade, pode significar a implantação coletiva de novos atores econômicos. Pelo lado da macroeconomia, além de promover a melhoria da qualidade de vida, através do desenvolvimento econômico, recoloca a importância da autogestão dos trabalhadores, enquanto decisão autônoma de produção de bens e serviços, e também contribui para geração e implementação de uma nova política de desenvolvimento, pois, no longo prazo, a prática da economia solidária possibilita a criação de um fundo de produtos excedentes e proporciona o investimento em novos empreendimentos e na remontagem das cadeias produtivas.

Paul Singer (*idem*) enfatiza as atitudes solidárias que compreendem desde a preferência dada mutuamente pelos produtos do próprio setor por questões de subsistência dos próprios empreendedores até a prática do consumo ético, que envolve questões mais relacionadas à consciência da capacidade individual dos seres humanos de interferir e modificar o meio em que vivem.

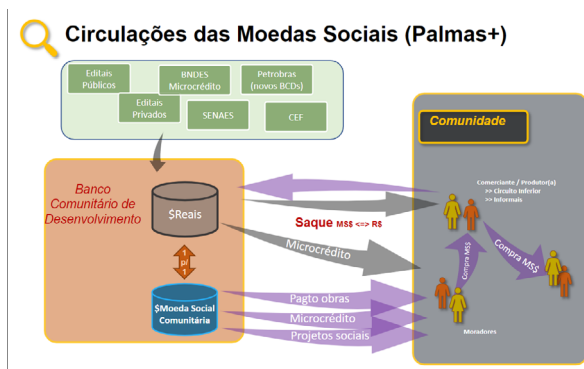
Além de proporcionar aos pequenos empreendedores um mercado protegido, a economia solidária deverá oferecer: crédito mesmo aos que não possam oferecer garantias; treinamento e assistência tecnológica; estimular a formação de redes econômicas que informem e orientem, maximizando a complementaridade entre as unidades integrantes. Em suma, ao quebrar o isolamento de pequenos operadores, a economia solidária lhe confere condições favoráveis de acesso ao tão falado sucesso. A primeira atitude pode ocorrer de forma mais rápida, uma vez que os novos pequenos empreendedores contarão com um mercado protegido, formado por eles próprios, possibilitando-lhes ganhar a eficiência e a credibilidade de que necessita e os resultados aparecem no curto prazo. Já do lado do

consumo, a prática de consumo ético se trata de uma mudança de longo prazo que envolve a perda de hábitos adquiridos na sociedade de consumo de massa das últimas décadas, que são principalmente impulsionados pelo *marketing*. O caso dos BCDs - e de outras entidades de finanças solidárias é paradigmático nesse sentido: o crédito e a moeda social funcionariam como veículos de valorização da economia local, favorecendo seus produtores, bem como possibilitando uma conscientização sobre hábitos de consumo, ao valorizar as atividades econômicas enraizadas no lugar (PUPO, 2022; SOUZA, 2018; FARIA, 2018).

Enfim, as iniciativas do âmbito da Economia Solidária - na qual se inserem os BCDs - apontam para um conjunto de atividades econômicas, organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária. Consequentemente, os saberes locais e seus territórios são seus partícipes centrais.

A figura 1 expressa de maneira esquemática e simplificada a circulação monetária de um BCD, inspirado no caso do pioneiro Banco Palmas. No caso do Rio de Janeiro, podemos citar o Banco Preventório (Niterói) e o Banco Alegrias (Paraty), que se encontram em funcionamento.

Figura 1 - exemplo esquemático da circulação de moedas sociais: Banco Palmas



Percebe-se a necessidade de obtenção de recursos públicos ou privados para que seja formado um fundo em reais⁶. Este pode nutrir linhas de microcrédito em reais, bem como servir de lastro para a circulação de uma moeda social comunitária (ou seja, vinculada a um banco comunitário). A moeda social chega à comunidade, neste modelo, por exemplo por meio de pagamentos de serviços, do microcrédito ou do apoio a projetos sociais. Na comunidade ela circula prioritariamente para pequenos produtores e comerciantes (do circuito inferior, para Santos (2008), incluindo os informais. Os comerciantes podem realizar saques, ou seja, trocar a moeda social pelo real, caso necessário (FARIA, 2018).

Em que pese haver experiências de moedas sociais brasileiras articuladas com governos municipais - casos de Silva Jardim/RJ e Cocaís/BA (FARIA et. al., 2022) na primeira década do século XXI - , atentamos aqui para as experiências que ocorrem a partir da segunda década deste século, tendo em comum o movimento de digitalização das moedas sociais, a partir da chamada legislação de pagamentos eletrônicos (12.865, 2013). De certa maneira, um aliado deste movimento foi o contexto de desarticulação das políticas federais de economia solidária e da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão do Ministério do Trabalho), em meio à retirada do Partido dos Trabalhadores do poder em 2016. A RBBC via na digitalização uma promessa de sustentabilidade financeira dos BCDs, ancorada nas pequenas taxas permitidas pela legislação, devido ao manejo de um arranjo eletrônico de pagamento.

Vale dizer, com a digitalização, por um lado os bancos comunitários teriam permanecido com “a mesma ideia, [só que] de formas diferentes”, e por outro, a governança da plataforma de moeda digital comunitária utilizada (E-Dinheiro) teria tornado-se “hoje a questão mais complexa” (FARIA et al., 2022). Com relação às implicações da digitalização em práticas e princípios dos BCDs, podemos verificar modificações em relação à autonomia, à proximidade, à sustentabilidade financeira, à mobilização comunitária, à mediação e à democracia econômica (ibid., 2022).

6 Todavia, são comuns casos em que os BCDs levantam recursos por meio de ações próprias ou apoiados por outras instituições do âmbito da economia solidária. Organização de festas, bazares, ações de divulgação nos bairros ou nas redes sociais, entre outras. Por suposto, tais dispositivos dificilmente atingem grande escala na obtenção de recursos quando comparados com a captação de entes maiores, sejam públicos, privados ou mistos.

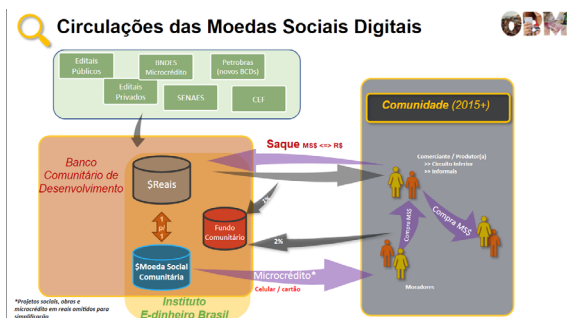
Observando o primeiro BCD com importante parceria com um governo municipal na segunda década do século, a autonomia foi desafiada pelas dependências do BCD Mumbuca (em seu início), por exemplo, em relação ao governo local, ao Banco Palmas e às empresas de tecnologia e seus artefatos. Também a noção de proximidade enfrentou as dificuldades de uma nova escala (parcialmente enfrentadas pela multiplicação de agências bancárias) e as possibilidades de controle, inserida em uma rede mais rastreável (a digital). A sustentabilidade financeira do Banco Mumbuca foi reforçada com a transição para a “segunda versão” de sua digitalização, com a plataforma E-dinheiro, aumentando a autonomia financeira do banco (com um percentual das taxas permanecendo fica com o banco local). Vale registrar ainda a relevância do envolvimento dos jovens na mobilização comunitária de um BCD, em especial quando da utilização de *smartphones* em comparação com cartões magnéticos, bem como a chegada de novos atores nas negociações / mediações necessárias para criar e manter um BCD, tal como empresas de TIC, desenvolvedores de software e novas tecnologias (ibid. 2022).

Podemos ainda relacionar a prática da democracia econômica com algumas das implicações da digitalização relativas à governança das moedas sociais. Aqui, os autores apontam que novas dimensões passam a importar, tais como a governança dos requisitos do software utilizado, dos dados, do código fonte, da plataforma em operação e da apropriação econômica relacionada à plataforma digital (ibid. 2022). Tais dimensões da tecnologia podem ser “governadas” de formas mais ou menos próximas da democracia econômica e da EcoSol, na medida em que abordagens mais centralizadoras ou mais comunitárias / autogestionárias sejam adotadas. Essa aproximação ou afastamento da economia solidária, nesse sentido, pode ser verificado no envolvimento (ou não) dos atores nas definições do software (dimensão requisitos), na rastreabilidade e no armazenamento dos dados, na abertura ou não dos códigos-fonte do software (bem como na rede de programadores envolvidos, e na dependência de fornecedores), nos acessos à plataforma digital em operação, e, finalmente, nas formas de administração dos recursos financeiros oriundos das taxas de circulação das moedas sociais digitais.

A figura 2 mostra diferenças importantes em relação ao modelo

mais tradicional de circulação de moedas sociais na RBBC (figura 1), a saber, a possibilidade de existência de um “fundo comunitário” (formado pelas taxas mencionadas acima), e a existência de uma nova organização, o Instituto E-dinheiro Brasil, *fintech* formalizada pela RBBC para operar sua plataforma de moedas sociais digitais e supervisionada pelo BACEN de acordo com a legislação vigente.

Figura 2 - circulação de moedas sociais digitais, com a possibilidade de fundos comunitários

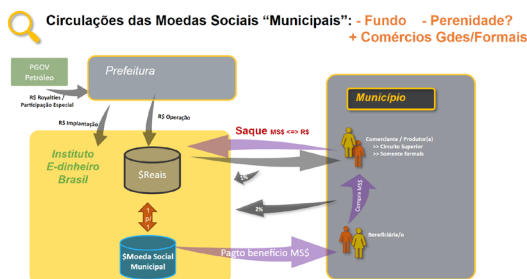


Estas novidades são fundamentais para observarmos e analisarmos os diferentes modelos de circulação de moedas sociais digitais, o que faremos a seguir.

OS “BANCOS MUNICIPAIS” NO RJ: DIVERSIDADE DE MODELOS

Um primeiro ator a se destacar na rede das moedas municipais do Rio de Janeiro (figura 3) são as chamadas participações governamentais, como Royalties e Participações Especiais, tributos oriundos da exploração petrolífera na costa fluminense. A maioria das cidades utiliza parte desta receita para custear, ao menos parcialmente, suas políticas de transferência de renda. Em todos os casos, o Instituto E-dinheiro Brasil, que conta com um histórico indissociável da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), é a organização parceira da prefeitura na implantação das políticas públicas.

Figura 3 - Circulação da moeda local no âmbito dos bancos municipais

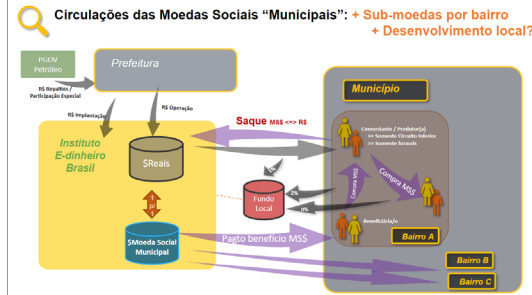


No modelo representado na figura 3, identificamos a entrada em circulação da moeda social (MS\$) municipal (ou seja, vinculada a uma banco municipal) por meio de um pagamento de um benefício não reembolsável (diferente da maior parte das experiências de bancos comunitários brasileiros, onde a moeda social entra em circulação via microcrédito, como vimos). Na figura aparecem também as taxas de 1% e 2%, permitidas pela legislação de arranjos de pagamentos eletrônicos, sendo utilizadas para remunerar o trabalho do Instituto E-dinheiro Brasil. Assim, nessa versão de circuito monetário, não se observa a constituição de um possível fundo local municiado pelas taxas. À primeira vista, esta configuração (sem o fundo) abre mão de uma possível sustentabilidade das ofertas de crédito no médio e longo prazo, com menor dependência de uma necessidade de participação governamental para aportar recursos públicos.

Por fim, o modelo da figura 3 mostra que somente empreendimentos formais são habilitados a receber moedas sociais, e que os comércios do circuito superior da economia, categoria proposta por Milton Santos (2008), também participam da rede que aceita a moeda social. Já na figura 4 chama a atenção a restrição da circulação da moeda aos empreendimentos do circuito inferior da economia. Além disso, a moeda na realidade é segmentada em sub-moedas, estas com circulação restrita a um determinado bairro. Outros pontos que merecem destaque no modelo da figura 4 são a existência de um fundo local (sob guarda provisória do Instituto E-dinheiro), formado pelas taxas recolhidas, e ainda o fato de o

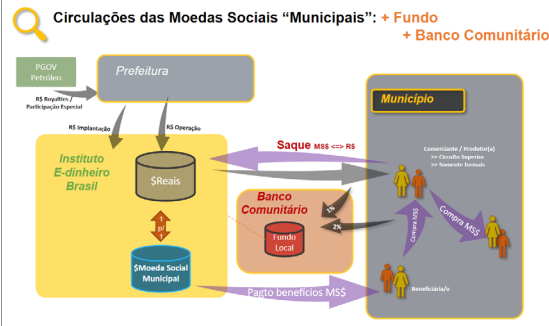
“segundo giro” da moeda, ou seja, o uso da moeda social pelo comerciante, não ser taxado.

Figura 4 - circulação de moedas sociais no âmbito de bancos municipais, com fundo local e subdivisão entre bairros



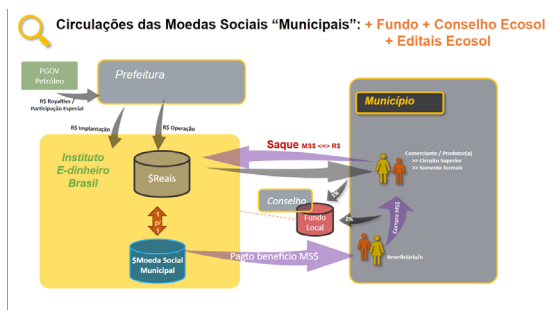
Na figura 5, vemos o esboço de uma outra possibilidade de gestão do fundo local. Nesse caso, o fundo fica sob gestão de um banco comunitário (ou um “banco municipal comunitário”), formalmente independente da prefeitura, com CNPJ próprio. Assim, além da prefeitura e do Instituto, o modelo encontrado mostra uma terceira figura jurídica, a do banco comunitário, que define as formas de utilização do fundo local, tais como as linhas de microcrédito e de apoio não reembolsável a iniciativas locais (como projetos sociais, eventos, esportistas locais etc.).

Figura 5 - Circulação de moeda social: fundo gerido por “banco municipal comunitário”



Por fim, no próximo modelo que detectamos com base em nossas visitas de campo (figura 6) aponta fundamentalmente para uma outra possibilidade de gestão do fundo local. Neste caso, a definição para o uso dos recursos cabe a um conselho local de economia solidária, formado pela prefeitura e pela sociedade civil. No exemplo encontrado, o fundo foi utilizado para financiar editais lançados pela prefeitura, em apoio a empreendimentos de economia solidária.

Figura 6 - Circulação de moeda social com captação de recursos para a economia solidária



DISCUTINDO APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Retomando nossa pergunta de pesquisa, a saber, “O modelo de gestão e implementação das políticas públicas de ‘bancos municipais’ respeita os princípios democráticos, solidários e comunitários?”, cabe num primeiro momento reconhecer que o campo nos mostrou não apenas um modelo de gestão, mas uma relativa diversidade de arranjos institucionais. Tais arranjos diferenciam-se sob alguns olhares, os quais comentaremos abaixo, buscando dialogar com referenciais inicialmente suscitados neste artigo.

Uma primeira diferença diz respeito às possibilidades de gestão do fundo local, formado especialmente pelas taxas relativas à circulação da moeda social. Nesse sentido, três opções se apresentaram: a primeira e mais consolidada, a administração do fundo por um banco municipal

comunitário, modelo adotado à época da pesquisa de campo em Maricá. Vale dizer, aqui consideramos o Banco Mumbuca como um banco que nasce da iniciativa da Prefeitura de Maricá, porém adquire relativa autonomia formal, com CNPJ próprio, e operacional, dialogando com a população por exemplo na concessão de crédito (as “cirandas de crédito”) - daí, adotarmos a nomenclatura de banco municipal comunitário. Aqui, há uma relativa autonomia para uso do fundo em apoio à economia solidária (via microcrédito) e à estrutura do banco (que adquiriu, por exemplo, sede própria), e uma interessante configuração no sentido da continuidade do projeto, em caso por exemplo de uma mudança governamental por conta de eleições. Vale observar, contudo, que o caso de Maricá mostra que tal autonomia institucional demandou tempo: a moeda teve seu início em 2013, enquanto o banco foi formalizado com CNPJ próprio em 2018.

Um segundo modelo aponta para a administração do fundo sendo realizada por um conselho municipal de economia solidária (caso do município de Niterói), com participação da prefeitura. Este tipo de arranjo logrou na prática até o momento a produção de dois editais públicos, que ofereceu um apoio ao movimento de economia solidária de Niterói no total de R\$4 milhões. Trata-se de um modelo que ofereceu rapidamente um retorno aos empreendimentos locais de economia solidária (o banco teve início em 2021), mas que, contudo, mantém forte participação do governo local na utilização do fundo - um potencial risco à sua perenidade em caso de mudança de diretrizes governamentais (em que pese a existência de legislação municipal sobre o tema).

Ainda analisando os fundos locais, encontramos um modelo em que as taxas eram utilizadas como forma de pagamento da prefeitura ao IEB - caso do município de Saquarema, no momento da coleta de dados desta pesquisa. Tal modelo aponta, por um lado, para um risco à continuidade do projeto, por exemplo em caso de uma mudança governamental por conta de eleições - caso já ocorrido, por exemplo, no município de Silva Jardim (FARIAS, 2022) - na medida em que não há um “legado financeiro” que aponte para a perenidade da iniciativa. Por outro, o arranjo parece oferecer pouco retorno na forma de fomento ao movimento local de economia solidária.

Uma segunda diferença relevante entre os modelos refere-se às possibilidades de circulação da moeda social municipal. O modelo mais comumente adotado aponta para uma moeda social municipal “única” no município, trazendo consigo os benefícios da dinamização da economia do município. Contudo, como apontam alguns estudos (FARIA et. al., 2019), um risco desse modelo é o da centralização do uso da moeda em determinadas áreas e/ou tipos de comércios. Tal risco é incrementado se a moeda social é aceita por grandes comércios, ou empreendimentos do circuito superior da economia (SANTOS, 2008).

Um contraponto a tal modelo pôde ser verificado nos passos iniciais da moeda Itajuru, no município de Cabo Frio. Ali, a moeda vem sendo implementada progressivamente, uma comunidade / região geográfica após a outra, de maneira que encontramos “sub-moedas” (na plataforma E-dinheiro, “Itajuru 1”, “Itajuru 2”, “Itajuru 3” e assim por diante). Além disso, no momento da coleta dos dados, a moeda circulava apenas nos pequenos comércios de cada região, ou no circuito inferior da economia, nas palavras de Milton Santos (2008). Tal arranjo, segundo um dos coordenadores da Rede de BCDs, de certa forma resgata as origens dos bancos comunitários, sendo potencialmente um vetor de desenvolvimento local menos concentrador que o modelo de “moeda única” municipal, acima descrito.

Cabe ainda destacar dois desafios que saltam aos olhos no processo de emergência das moedas sociais e bancos municipais. O primeiro, nos casos em que o governo local implementa um banco municipal em um território onde já existe uma experiência de banco comunitário (caso de Niterói). Ali, observou-se um desafio no diálogo entre o “público” (representado pelo Banco Municipal Araribóia) e o comunitário (presente no Banco Preventório). Em que pese as manifestações públicas de seus representantes apontarem para um desejo de colaboração mútua, fato é que na prática não se consolidou parceria de nenhum tipo entre eles, até a coleta de dados desta pesquisa. Representantes da prefeitura alegam dificuldades em uma entidade da economia solidária (neste caso o Banco Preventório) operar a moeda Araribóia e auferir receita a partir de sua circulação, uma vez que todos os coletivos da economia solidária (segundo tal visão) deveriam ter iguais oportunidades de benefício. A possibilidade de “parceria” em

pauta no momento da escrita deste artigo era a participação do Banco Preventório enquanto um dos empreendimentos de economia solidária concorrentes no edital acima citado: o Banco Preventório não logrou êxito para o primeiro edital, e concorria ao segundo).

Por fim, coloca-se para a Rede Brasileira de BCDs e para o Instituto Edinheiro Brasil o desafio das escalas muito diferentes quando comparamos as duas experiências, a saber, (bancos comunitários / moedas sociais comunitárias e bancos municipais / moedas sociais municipais). O desafio/oportunidade de que ambas as experiências permaneçam razoavelmente coesas e integradas à mesma rede passa, na visão desses autores, por propostas como a realizada pelo Observatório de Bancos Comunitários e Moedas Sociais (articulação da qual participam os autores deste artigo) à RBBC (figura 7).

Figura 7 - financiamento de bancos comunitários a partir dos recursos extraídos da circulação de moedas municipais



Na figura, parte da receita obtida com a circulação das moedas municipais seria destinada a irrigar os bancos comunitários. A proposta sugere assim um fundo para os bancos comunitários, composto por parte das taxas e parcerias entre o Instituto E-dinheiro e os municípios, com vistas a reforçar a articulação das moedas sociais comunitárias com as moedas sociais municipais. (PUPO et al, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, partimos da indagação sobre se o modelo de gestão e implementação das políticas públicas dos chamados ‘bancos municipais’ no Estado do Rio de Janeiro respeitaria os pressupostos da EcoSol, visto que tal modelo foi inspirado nos bancos comunitários e na RBBC, experiências notadamente pertencentes ao campo da EcoSol. Inicialmente, caracterizamos o contexto brasileiro, no qual emergem a economia solidária, as finanças solidárias, e mais especificamente os bancos comunitários de desenvolvimento, junto às suas proposições de moedas sociais e microcrédito.

Após caracterizarmos um pouco mais detidamente a economia solidária e a circulação monetária dos bancos comunitários (inspirada na experiência pioneira do Banco Palmas), descrevemos o processo de digitalização das moedas sociais da RBBC, com suas potências e desafios, que preconizou o surgimento em escala dos “bancos municipais”. Passamos então à descrição de diferentes modelos de circulação das moedas sociais municipais, diferenciando-os quanto à forma de entrada em circulação da moeda, à existência e à gestão do fundo local, ao tipo de produtores e comerciantes pertencentes ao circuito e à delimitação geográfica de circulação das moedas.

Na análise dos modelos de circulação, apontamos para a diversidade de modelos encontrados. Quanto ao fundo local, chamamos atenção para o risco à perenidade dos projetos no caso da ausência de um fundo, e para a existência de dos modelos que dialogam com o reforço à EcoSol das respectivas regiões: um sob gestão de um banco municipal comunitário, que utiliza o fundo, por exemplo, para microcrédito em moeda social e em fomento à EcoSol (mas que demandou certo tempo de maturação); outro sob gestão de um conselho com representantes da sociedade civil e da Prefeitura, que logrou com razoável agilidade apoios a empreendimentos de EcoSol por meio de editais (mas que contudo registrou dificuldades de parceria com o BCD local).

Já em relação às possibilidades de circulação da moeda, identificamos um modelo majoritário que adota uma só moeda para todo o município

e que inclui produtores e comerciantes do circuito superior da economia, e um modelo que implementa diferentes moedas dentro do município e privilegia o circuito inferior, *a priori* mais afeito à EcoSol e buscando um desenvolvimento mais equitativo entre as regiões do município.

Com a proeminência das experiências dos bancos e moedas sociais municipais, apontamos ainda riscos à coesão destes com os bancos e moedas sociais comunitárias, na medida em que os primeiros dispõem relativamente de muitos recursos, e têm seu processo de implantação distinto da experiência histórica dos BCDs. Registramos neste ponto a proposta do OBM, no sentido de que parte das receitas oriundas das experiências dos bancos municipais (sejam elas acumuladas nos fundos municipais, sejam elas auferidas pelo IEB), possam ser destinadas a financiar parcialmente os bancos comunitários (ou “bancos raiz”, como têm sido chamados).

Entendemos esta pesquisa como um esforço inicial, que deve ser continuado e expandido, por exemplo, acompanhando os desdobramentos das “sub-moedas”, a circulação das moedas em seus diferentes modelos e impactos, as (des)conexões entre bancos municipais e comunitários, a perenidade das experiências após as eleições municipais de 2024, as controvérsias jurídicas acerca da existência e da cobranças das taxas, bem como o trâmite do projeto de lei federal que busca regulamentar as moedas sociais no Brasil.

De toda forma, com o presente artigo mapeamos possibilidades de aproximações e riscos de afastamento dos bancos municipais em relação a valores e práticas de economia solidária, com participação e empoderamento comunitário. Entendemos que o texto contribui assim no debate sobre sinergias entre temas como renda básica e economia solidária, justificado pelas possibilidades que tais políticas públicas e movimentos sociais podem oferecer para o desenvolvimento local, especialmente quando as ações governamentais estão incorporadas nas organizações comunitárias, possibilitando a coparticipação no aproveitamento dos recursos comuns.

REFERÊNCIAS

BATEMAN, Milford; CHANG, Ha-Joon. Microfinance and its discontents: women in debt in Bangladesh. London: Routledge, 2014.

CHESNAIS, François (Org.). A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CULL, Robert.; MURDOCH, Johnathan. Microfinance and Economic Development. Policy Research Working Paper 8252, Banco Mundial, Washington, DC, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, Luiz Arthur Silva de. 2018. Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas(Pré)Histórias: tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Programa em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FARIA, Luiz Arthur Silva de, Pupo, Carolina, Braga, Pedro Henrique da Costa, Silva, Filipe Augusto and Severo, Fernando Gonçalves. 2019. Mumbuca E-Dinheiro: from economic circuits to softwares and databases. In: Complementary Currencies and Societal Challenges. Brussels.

FARIA, L. A. S.; SOUZA, H. P. B. ; PUPO, C. G. P. ; CHAPADEIRO, B. ; LUCCHESI, A. F. Por um Observatório de Bancos Comunitários e Moedas Sociais. CTS em foco - Boletim ESOCITE.BR, v. Número 2, p. 35-41, 2021.

FARIA, L. A. S. ; RIBEIRO, B. C. ; CUKIERMAN, H. L. ; DINIZ, E. H., 2022. Centralizing or sharing the digital community currencies governances? Proposing ways of thinking DCCs from the Mumbuca case. In: 6th Biennial RAMICS International Congress in Bulgaria.

FARIAS, Magno Willams Macêdo Farias; SOUZA, Elenita Barbosa; RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de França. Bancos comunitários e gestores públicos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022. Volume 3. Disponível em <<https://pagdig.petrobras.com.br/>

[Cartilha Gestores.pdf](#)>. Acesso em 25 de jun. de 2024

FARID, EID - Economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo. VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, São Paulo, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA Jr; Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. Solidarity Finance Through Community Development Banks as a Strategy for Reshaping Local Economies: Lessons From Banco Palmas. Revista de Administração. São Paulo. V. 4, n. 3, p. 500-515. jul./ago./set. 2012.

HICKEL, Jason. The microfinance delusion: who really wins? The Guardian, London, 10 jun. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2015/jun/10/the-microfinance-delusion-who-really-wins>. Acesso em: 25 jun. 2024.

LATOURETTE, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 1998.

LEITE, Elaine da Silveira. A ressignificação da figura do especulador-investidor e as práticas de educação financeira. Civitas - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 114-130, 9 maio 2017. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.1.24446>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/24446/15553>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MARICÁ (Município). Lei Municipal n. 2.448, de 26 de junho de 2013. Dispõe sobre Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. Maricá, RJ, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORIENTE, Anderson Carlos Nogueira, Análise dos aspectos econômicos de empreendimentos solidários de artesanato na região metropolitana do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Why and How Precarious Workers

Support Neo-Illiberalism. The New School for Social Research, July 25, 2023.

PUPO, C. G. P. ; SOUZA, H. P. ; FARIA, L. A. S., 2022. Municipal currencies in Brazil: potentialities and limits beyond the case of Banco Mumbuca (RJ). In: 6th Biennial RAMICS International Congress in Bulgaria.

PUPO, Carolina Gabriel de Paula. Finanças solidárias no Brasil: bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares. 2022. 411 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15062022-191912/publico/2022_CarolinaGabrielDePaulaPupo_VCorr.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

ROBINSON, Marguerite S. The microfinance revolution: sustainable finance for the poor. Washington: World Bank, 2001. 356 p. Disponível em: <https://elibrary.worldbank.org/doi/epub/10.1596/0-8213-4524-9>. Acesso em: 05 dez. 2023.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SINGER, P. I. Introdução à economia solidária. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, H. P. B. Que moedas são essas? Uma Análise Sobre As Possibilidades De Construção De Circuitos De Moedas Sociais E De Suas Potencialidades E Desafios Na Reconfiguração Socioeconômica De Territórios, 2018, 261f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais), Universidade Federal do ABC, 2018.